



Requalificação terá de garantir novo emprego

Governo vai lançar programa que só terá pagamento de curso se empresa garantir vaga para trabalhador por pelo menos 4 meses

Lorena Rodrigues, O Estado de S.Paulo

BRASÍLIA - O governo lançará nesta sexta-feira, 25, a primeira etapa de seu programa de qualificação profissional.

Depois de avaliações de que o Pronatec, uma das vitrines do governo Dilma Rousseff, não deu resultado, o novo programa estipula que as empresas responsáveis pelos treinamentos só serão pagas após comprovarem que parte dos profissionais treinados conseguiu emprego e permaneceu empregada por pelo menos quatro meses.

A iniciativa é inédita no Brasil.

O edital, obtido pelo Estadão/Broadcast, prevê que o projeto piloto treinará 800 jovens desempregados, entre 18 e 29 anos.

A intenção é que o programa seja estendido nos próximos anos, atingindo até 100 mil pessoas em dois anos.

A empresa ganhadora terá que oferecer cursos com carga horária mínima de 250 horas-aula em um prazo de um ano.

Após o término do curso, ela terá oito meses para comprovar o número de pessoas que conseguiu emprego e o pagamento estará atrelado a esse índice.

O documento deve ser publicado no Diário Oficial da União de hoje. A licitação para as empresas será no dia 7 de novembro.

O secretário de Produtividade, Competitividade e Emprego do Ministério da Economia, Carlos da Costa, disse ao Estadão/Broadcast já ter várias instituições interessadas em participar da disputa.

INFORME

“Gastamos bilhões nos últimos anos em ações de treinamento e qualificação que vários estudos mostraram que não houve resultado.

Nossa preocupação é efetivamente garantir que as ações vão trazer empregos para os desempregados”, afirmou.

Em 2017, uma auditoria da Controladoria Geral da União (CGU) mostrou que os programas de qualificação profissional do governo federal só empregaram um a cada dez beneficiados.

Metodologia

O chamado Contrato de Impacto Social prevê que a empresa ganhadora selecione 2 mil desempregados. O governo sorteará 800 para participarem dos cursos. Os outros 1.200 formarão um grupo de controle.

Com base nos CPFs, no prazo de oito meses depois do fim do curso, o governo vai verificar quantas pessoas foram empregadas formalmente no grupo que recebeu treinamento e quantas no grupo de controle.

A empresa só receberá o total contratado se o percentual de treinados com emprego for 30% superior ao dos que não receberam treinamento. Se ficar entre 8% e 29%, a empresa recebe parte dos recursos.

Abaixo de 8%, não haverá pagamento.

O valor máximo previsto no edital é de R\$ 16 por hora aula, um total de R\$ 3,2 milhões. O montante foi definido com base no máximo pago pelo governo dentro do Pronatec.

Ganhará a empresa que oferecer o menor valor. Não é previsto nenhum pagamento até a comprovação dos empregados, o que deve demorar mais de um ano.

“O valor estipulado cobre os riscos e o tempo que a empresa ficará sem receber.

Só vamos pagar se tiver resultado, eu estou louco para pagar, mas minha consolação é que, se não houver resultado, não vai ter desembolso”, afirmou o secretário de Políticas Públicas para o Emprego, Fernando de Holanda Barbosa Filho.

INFORME

Governo estuda seguro-desemprego para bancar programa de qualificação profissional

Também está em estudo permitir que empresas contratadas lancem títulos em mercado para financiar os cursos

O Estado de S.Paulo

BRASÍLIA - O governo estuda utilizar recursos do **seguro-desemprego** para bancar a expansão de seu novo programa de qualificação profissional. De acordo com o secretário especial de Produtividade, Competitividade e Emprego, Carlos Da Costa, a ideia é que, ao garantir a **empregabilidade** dos desempregados, são economizados recursos que poderão ser utilizados para financiar os treinamentos. “O programa pode ser autofinanciável. Vamos criar um mecanismo de financiamento sem onerar ainda mais o governo”, disse.

Também está em estudo permitir que empresas contratadas lancem títulos em mercado para financiar os cursos, com lastro nos pagamentos que receberão do governo após a conclusão e comprovação de que os treinados foram empregados. Esse modelo é utilizado em outros países, como Reino Unido, Estados Unidos, Israel e Bélgica.

“Em outros países, empresas de treinamento lançam papéis que diluem o risco do negócio. Essa é a nossa ideia de longo prazo no Brasil, para quando o programa tiver um impacto maior”, afirmou o secretário.

O chamado Contrato de Impacto Social, que será lançado nesta sexta, é um dos pilares do programa Emprega +, que terá ainda um sistema de vouchers para acesso a treinamento com recursos do Sistema S. A ideia, no segundo caso, é ligar a oferta à demanda pelos cursos. As empresas cadastrarão junto às entidades do Sistema – como Sesi e Senai – os cursos que têm necessidade para seus profissionais. O sistema então liberará um voucher para a empresa acessar o curso, ou seja, só serão ofertados cursos com base na demanda para esse treinamento.

Essa etapa deverá ser anunciada no início de novembro, junto com outras medidas para o emprego. Anteontem, o secretário especial da Previdência e Trabalho, Rogério Marinho, disse que o governo anunciará medidas para o emprego, principalmente entre jovens.

(Fonte: Estado de SP – 25/10/2019)

INFORME

FOLHA DE S.PAULO

Fim do bloco impactaria 2,4 milhões de empregos, afirma CNI

O Mercosul é o maior destino das exportações brasileiras de manufaturados e produtos de alta e média intensidade tecnológica

Patrícia Campos Mello - SÃO PAULO

Estudo da CNI (Confederação Nacional da Indústria) mostra que 2,4 milhões de empregos e R\$ 52 bilhões em massa salarial, em alguns dos estados onde a votação do presidente Jair Bolsonaro foi mais expressiva, estarão em jogo com o eventual fim do Mercosul ou a flexibilização da TEC (tarifa externa comum) em vigor no bloco.

O Mercosul é o maior destino das exportações brasileiras de manufaturados (20,4%) e produtos de alta e média intensidade tecnológica (25,6%) —e essas vendas são as que mais geram empregos, pagando salários maiores.

O Brasil exportou R\$ 77,8 bilhões para o Mercosul em 2018. Essas vendas geraram 2,4 milhões de vagas de emprego —cada R\$ 1 bilhão exportado gerou 31.116 empregos. E originaram R\$ 52 bilhões em massa salarial —cada R\$ 1 bilhão exportado gerou R\$ 668,3 milhões.

As exportações para a China, por exemplo, são na maioria de commodities e, por isso, geram quantidade menor de empregos —27.444— e massa salarial —R\$ 454,8 milhões.

Em massa salarial, as exportações para o Mercosul só perdem das vendas para os EUA. Já na geração de empregos, o Mercosul fica em quarto lugar, atrás de Japão, EUA e União Europeia, e à frente da China.

Para a pesquisa, a CNI usou dados de exportações da Funcex e da matriz de insumo-produto do IBGE. No Mercosul, todos os países respeitam a TEC, ou seja, cobram as mesmas tarifas de importação de cada um dos países extra-bloco, fora exceções, além de terem tarifa zero para exportações entre países-membros, fora exceções.

Com a flexibilização, os países estariam livres para fixar suas tarifas para nações de fora do bloco —e haveria erosão da preferência tarifária.

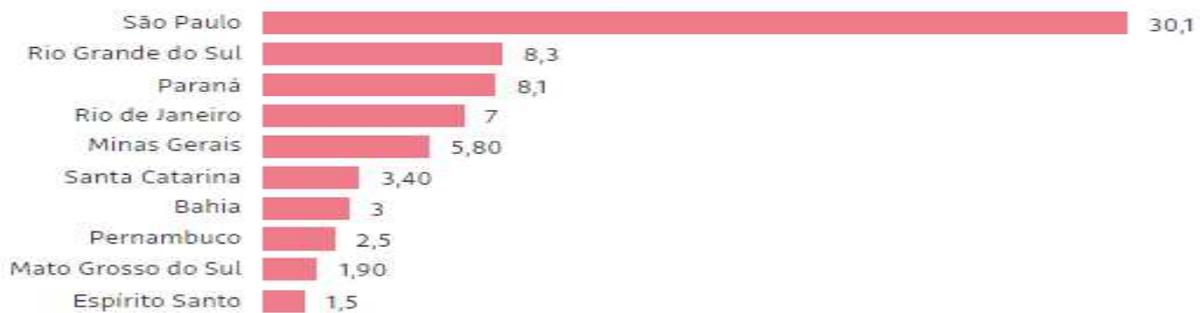
A CNI não calculou em quanto essas vendas seriam afetadas —isso dependeria de quais tarifas os países do bloco cobriam de outras nações, para calcular quanto haveria de

INFORME

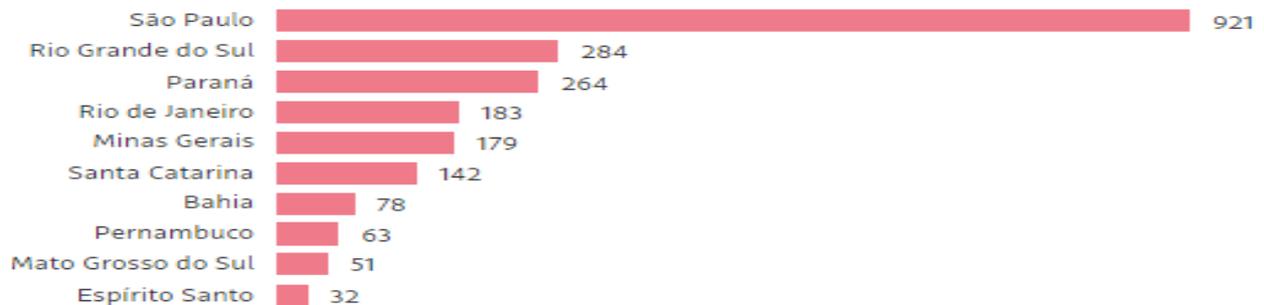
desvio de comércio, ou seja, quanto esses países deixariam de comprar do Brasil e iriam adquirir de outros locais.

Indústrias paulistas, gaúchas e paranaenses são as mais beneficiadas pelo Mercosul

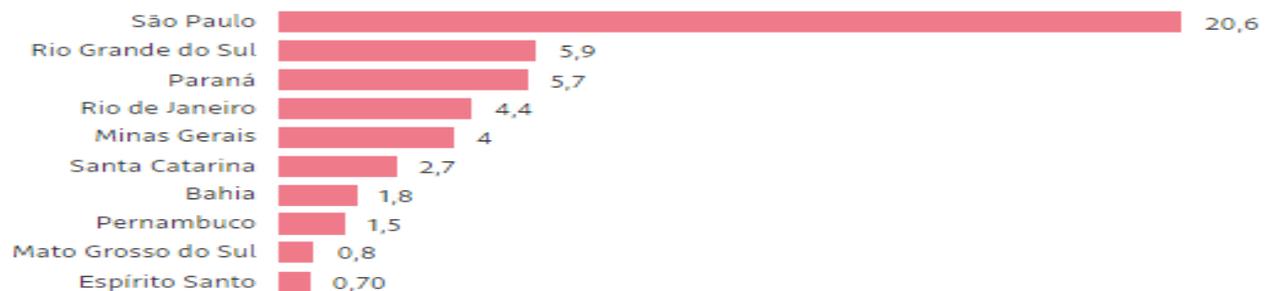
Exportações para o Mercosul, em R\$



Empregos gerados pelas exportações



Massa salarial, em R\$ bi



Fonte: CNI

INFORME

Para a CNI, há mais um fator a ser considerado: os outros países, por serem menores e de economia menos complexa, reduziram tarifas mais rapidamente para terceiros países —prejudicando as vendas brasileiras— com exceção da Argentina, historicamente mais protecionista. “O Mercosul é muito importante para o Brasil e para a indústria. Não podemos perder a preferência tarifária que temos no bloco”, diz diretor de Desenvolvimento Industrial da Confederação Nacional da Indústria, Carlos Abijaodi.

Reportagem da **Folha** mostrou que Brasil cogita sair do Mercosul caso a Argentina rejeite abertura que o ministro da Economia, Paulo Guedes, planeja fazer. O Uruguai e o Paraguai já concordaram com redução de alíquotas de importação em 80% nos mais de 10 mil itens negociados.

Representantes de Brasil, Uruguai e Paraguai acreditam que a Argentina travará o acordo caso a chapa de Alberto Fernández e da ex-presidente Cristina Kirchner vença as eleições presidenciais. A redução precisa do aval dos quatro países-membros.

Segundo a CNI, o impacto seria mais sentido em alguns dos estados onde a votação no presidente Jair Bolsonaro foi maior no primeiro turno. Isso porque entre os dez estados brasileiros que mais exportaram para o Mercosul, oito votaram no Bolsonaro acima da média nacional no primeiro turno, de 46,3%.

No Rio, onde a votação em Bolsonaro no primeiro turno foi de 59,79%, seriam afetados 183 mil empregos e R\$ 4,4 bilhões em massa salarial. Em SP, que teve 53% dos votos para Bolsonaro no primeiro turno, estariam em jogo 921 mil empregos e R\$ 20,6 bilhões em massa salarial. Em Santa Catarina, onde houve 65,82% de votação em Bolsonaro, o que impactaria 142 mil vagas e R\$ 2,7 bilhões em massa salarial.

O presidente Bolsonaro, em viagem ao Japão, aventou a possibilidade de a Argentina ser suspensa do bloco caso a oposição vença a eleição presidencial no país e se oponha à abertura pregada pelo Brasil.

Mas, segundo a CNI, isso teria efeito negativo. “Seria prejudicial para a indústria deixar o Mercosul ou perder a Argentina como parceiro estratégico. Ela é o segundo mercado para os bens manufaturados do Brasil. É importante manter a integração com os nossos vizinhos”, diz Abi Jaodi. Entidades setoriais já se manifestaram contra a proposta de abertura do Mercosul em estudo no governo. Os setores de ônibus e de calçados dizem que as reduções da TEC resultarão em invasão chinesa.

(Fonte: Folha de SP – 25/10/2019)